

RS

REGAZO E SOUZA

Arnaldo Luiz de Souza Junior

À Sra. Pregoeira da Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto

Processo Administrativo: 000398/2022

LABORATÓRIO 18 DE JULHO DE PATOLOGIA CLÍNICA, com sede e estabelecimento em Além Paraíba/MG, à Rua Dr. Ricardo Grimalde Estides, 305, sala 10, Ilha do Lazero, CNPJ nº 09.257.605/0001-37, através de seus representantes legais **LACYR MÁRCIO FERREIRA DE SOUZA**, brasileiro, casado, empresário e Biomédico, inscrito no CRNM/RJ sob o nº 9311, com documento de identidade nº 09.963.117-8/SSP MG e CPF sob o nº 937.893.436-68, residente e domiciliado na Rua 24 de Março, 36, Jardim Paraíso, Além Paraíba/MG, Cep 36.660-000 e **PAULO CELSO NOGUEIRA DE ABREU**, brasileiro, casado, empresário, portador do documento de identidade nº M-8.520.668/SSP MG, inscrito no CPF sob o nº 150.673.376-34, residente e domiciliado na Rua 24 de Março, s/n, Jardim Paraíso, Além Paraíba/MG, Cep 36.660-000, neste ato, todos representados pelo advogado Arnaldo Luiz de Souza Júnior, inscrito na OAB/MG 99.325, com endereço profissional na Travessa Maria Rosa, 19, Praça da Bandeira/MG, e-mail: regazoesouza@gmail.com, arnaldoadv@bol.com.br vêm apresentar **CONTRARRAZOES** ao recurso apresentado por Laboratório de Análises Clínicas Profissional EIRELI, pelos seguintes fatos e fundamentos:

1 – O Recorrente apresentou recurso no sentido de inabilitar o Recorrido com a tese de que o capital social apresentado possui um valor inferior ao objeto do contrato, portanto, que estaria incapacitado para garantir a execução do serviço para a municipalidade.

M

2 – O recurso em si, afirma que a capacidade econômica financeira do recorrido está em desacordo, pois o capital social apresentado no contrato social da empresa, estaria no valor de R\$ 20.000,00.

3 – Ora, é notório que o capital social apresentado no contrato social é meramente ilustrativo, não sendo meio de parâmetro para qualificar e quantificar a capacidade financeira de uma empresa, tendo em vista que o meio hábil para isso, seria através do balanço patrimonial da empresa, documento esse que é registrado na junta comercial e possui força inequívoca para demonstrar a real capacidade financeira de uma empresa. Dessa forma, analisar simplesmente um contrato social para julgar a capacidade financeira e operacional de uma empresa, chega a ser imoral.

4 – De acordo com o art. 31, §§ 2.º e 3.º da Lei de Licitações (Lei 8.666/93), a administração pública **pode incluir nos editais a exigência de capital social mínimo**, quando o certame licitatório tiver por objeto compras para entrega futura ou execução de obras e serviços. O capital mínimo exigido não pode ser superior a 10% do valor do contrato administrativo. Certo é que a inserção desta exigência nos editais não gera qualquer benefício à administração pública; e, por limitar a participação de potenciais concorrentes, a medida pode se revelar contrária ao interesse público.

5 – É evidente que o poder público deve se precaver, evitando a contratação de empresários que não apresentem condições financeiras para bem desempenhar as obrigações assumidas. É por tal razão, por exemplo, que o contrato administrativo pode ser rompido pelo ente público quando são externalizados sinais de insolvência do empresário contratado.

6 – Mas a existência de um capital social elevado não conduz necessariamente à conclusão de que a sociedade goza de boa situação financeira.

7 – Como muito bem claro e exposto no diploma legal, o ente público tem a **faculdade de exigir no edital** o capital social mínimo para a participação no certame, porém se não o fizer, nada de irregular terá ocorrido na confecção do aludido edital, como ocorreu no caso em tela, pois a administração pública visando não limitar a participação de concorrentes no presente certame, optou em não fazer referida exigência, que se mostra desnecessária e excessiva para a ocasião em questão.

8 – Dúvidas não restam que o Recorrido participou da referida licitação apresentado todos os documentos exigidos no edital, sendo declarado vencedor por conta da incontestável regularidade FISCAL, TRABALHISTA, OPERACIONAL e ECONÔMICA FINANCEIRA, tudo conforme exigido no objeto convocatório expedido pela municipalidade, que foi aceito por todos os concorrentes, não sofrendo qualquer impugnação, portanto, estando regular e atendo todas as normas legais vigentes no País.

M

9 – Corroborando ainda o supramencionado, é o fato de no próprio edital, a municipalidade, no objeto convocatório, não ter limitado a participação de qualquer empresário do ramo no aludido certame, pois abre a possibilidade de até mesmo MEI (microempreendedores) participarem e sabe-se que essa modalidade não possui nem mesmo contrato social ou um capital integralizado de grandes valores, pela própria natureza jurídica desta modalidade, fato que não o impediria de participar do certame.

10 – Não restam dúvidas que a empresa recorrida preenche todos os requisitos para ser contratada e realizar o serviço, não podendo o Recorrente obrigar a municipalidade a fazer uma exigência que nem mesmo estava exposta no edital, pois restou claro que não houve a limitação de participação de qualquer empresa no certame, bastando que estas estivessem em dia com as documentações comprobatórias, o que não aconteceu com a empresa aqui Recorrente, que foi inabilitada e busca agora, neste momento, causar tumulto para tentar levantar uma tese sem qualquer fundamento jurídico capaz de se abalizar, pois como muito bem demonstrado a municipalidade poderia ter feito a exigência estampada no referido artigo 31 do diploma regulador, mas não o fez por opção, fato que não anula o certame ou inabilita o vencedor.

11 – Na aferição da capacidade econômico-financeira visa a Administração, sobretudo, certificar-se de que a empresa participante da licitação é portadora de razoável idoneidade patrimonial, sendo capaz de cumprir a obrigação assumida numa possível contratação, seguindo o disposto nos incisos I, II e III do art. 31 da já citada Lei nº 8.666/93, que assim dispõe:

Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

I - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

II - certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

III - garantia, nas mesmas modalidades e critérios previstos no "caput" e § 1º do art. 56 desta Lei, limitada a 1% (um por cento) do valor estimado do objeto da contratação.

§ 1º A exigência de índices limitar-se-á à demonstração da capacidade financeira do licitante com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o contrato, vedada a exigência de valores mínimos de

M

faturamento anterior, índices de rentabilidade ou lucratividade. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994).

§ 2º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, **poderá estabelecer, no instrumento convocatório da licitação, a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, ou ainda as garantias previstas no § 1º do art. 56 desta Lei**, como dado objetivo de comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes e para efeito de garantia ao adimplemento do contrato a ser ulteriormente celebrado. **(grifo nosso)**

§ 3º O capital mínimo ou o valor do patrimônio líquido a que se refere o parágrafo anterior não poderá exceder a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

§ 4º Poderá ser exigida, ainda, a relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem diminuição da capacidade operativa ou absorção de disponibilidade financeira, calculada esta em função do patrimônio líquido atualizado e sua capacidade de rotação.

12 – Por regra, caso fosse exigido no edital, a verificação se daria pela apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social; de certidão negativa de falência, concordata ou de execução patrimonial; e de uma das garantias previstas no § 1º do art. 56 (caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública; seguro-garantia e fiança bancária). Entretanto, é possível que a estes requisitos sejam acrescentados outros, na forma dos parágrafos 2º, 3º e 4º, em se tratando o objeto do contrato de prestações a se prolongarem no tempo.

13 – A presunção é de que, não dispondo de recursos financeiros para o custeio das despesas atinentes ao cumprimento do contrato (mão-de-obra, matérias-primas, maquinários etc.), não será a licitante titular do direito de licitar quando concretamente considerado, porquanto a carência de recursos faz presumir a inviabilidade de uma execução satisfatória do contrato, bem assim a impossibilidade de arcar com as consequências de um eventual inadimplemento.

14 – Pode-se incluir nesse contexto da habilitação a própria regularidade fiscal. E um outro aspecto que emana da aferição dessa qualificação consiste na garantia de honra dos compromissos trabalhistas assumidos pelos licitantes, resguardando-se o Poder Público de possíveis demandas trabalhistas, porquanto em certas hipóteses, a exemplo do contrato de prestação de serviço, conhecido como "terceirização" de mão-de-obra no serviço público, o Poder Público contratante figurará como responsável subsidiário perante a Justiça Trabalhista em relação aos contratos de trabalho firmados entre a contratada e os

M

trabalhadores a serviço desta no cumprimento do objeto do contrato com o Poder Público, nos termos da Súmula nº 331, IV, do TST,

15 – A Lei de Licitações estabelece que nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, a Administração **poderá exigir**, ou seja, se quiser, não está obrigada, pois o significado da palavra “poderá” é diferente de “deverá”, de forma não cumulativa, a comprovação de: I. capital mínimo na data da apresentação das propostas (até 10% do valor estimado da licitação) II. patrimônio líquido mínimo na data da apresentação das propostas (até 10% do valor estimado da licitação) III. garantias da proposta (art. 56, §1º).

16 – Na ótica do Ministro Relator Waldir Campelo, através do **Acórdão 170/2007** – Plenário, temos;

É indevida a exigência de comprovação de capital integralizado para fins de habilitação.

O Ministro relator do **Acórdão 2882/2008** – Plenário, Adhemar Paladini Ghisi, segue o mesmo pensamento, vejamos:

É indevida a exigência de capital integralizado para fins de avaliação econômico-financeira.

Agora indo um pouco mais adiante no tempo (2015), o Ministro relator do **Acórdão 1944/2015** – Plenário, Maurício Sherma, segue a mesma linha...

*É ilegal a exigência, como condição de habilitação em licitação, de capital social integralizado mínimo. Tal exigência extrapola o comando legal contido no art. 31, §§ 2º e 3º, da Lei 8.666/1993, que prevê tão somente a comprovação de capital mínimo **como alternativa** para a qualificação econômico-financeira dos licitantes. (grifo nosso)*

Contudo, em 2017, através do **Acórdão 2365/2017** – Plenário, o Relator, Ministro Aroldo Cedraz, mantém a ilegalidade e como resultado, ratifica dizendo:

É ilegal a exigência de capital social mínimo integralizado, para fins de habilitação, por afronta ao disposto no art. 27 da Lei 8.666/1993.



Porém, em 2019, o Ministro Relator Benjamin Zymler, através do **Acórdão 2326/2019 – Plenário**, ratifica tudo o que já foi dito anteriormente, vejamos:

É ilegal a exigência, como condição de habilitação em licitação, de capital social integralizado mínimo. Tal exigência extrapola o comando contido no art. 31, §§ 2º e 3º, da Lei 8.666/1993, que prevê tão somente a comprovação de capital mínimo como alternativa para a qualificação econômico-financeira dos licitantes. (grifo nosso)

E, enfatizando tudo o que foi dito anteriormente, o Tribunal de Contas da União, entende que essa exigência é ilegal e de certo modo imoral.

Para finalizar, vê-se o que diz o **Acórdão 1101/2020 – Plenário**, o mais recente sobre a Exigência de Capital Social Integralizado Mínimo:

É ilegal a exigência, como condição de habilitação em licitação, de capital social integralizado mínimo. Tal exigência extrapola o comando contido no art. 31, §§ 2º e 3º, da Lei 8.666/1993, que prevê tão somente a comprovação de capital social mínimo como alternativa para a qualificação econômico-financeira dos licitantes. (grifo nosso)

Vale lembrar que nas decisões acima a palavra ALTERNATIVA, tem o sentido literal da palavra, ou seja, pode ser feito ou não, resta claro que os Ministros afirmam que no edital pode conter referidas exigências ou não, é uma liberalidade da municipalidade e não uma obrigação em explicitar no edital referidas alternativas, como muito bem explicitado acima.

17 – Uma sociedade de capital social elevadíssimo pode apresentar um baixo patrimônio, ou mesmo estar insolvente, sem que tal situação tenha derivado de prática fraudulenta por parte de seus sócios ou administradores. Ou seja: não há uma relação direta e necessária entre capital social alto e patrimônio social elevado, dessa forma, o fato do contrato social da empresa recorrida apresentar o valor de R\$ 20.000,00, não a desqualifica para a prestação de serviço em tela, pois somente esse fato não faz qualquer prova que a mesma esteja impossibilitada financeiramente e estruturalmente para cumprir com a obrigação assumida.

18 – Assim, o principal efeito da exigência de capital social mínimo é a limitação do número de concorrentes. E tal limitação, como é evidente, gera danos ao Município, na medida em que deixam de ser colhidas propostas melhores do que aquelas apresentadas pelos concorrentes. Quanto maior o número de participantes no procedimento licitatório, melhor para o interesse público.



19 – Por todo o exposto, dúvidas não restam que o recurso deve ser julgado totalmente improcedente, devendo se manter habilitado e declarado como vencedor o recorrido, por não existir no edital referidas exigências destacadas no recurso do recorrente, que tenta criar situação sem qualquer embasamento com a realidade do objeto convocatório, querendo inserir exigência não obrigatória para o município com o único intuito de causar tumulto e gerar prejuízos para o erário, uma vez que na remota hipótese de acolhimento deste recurso, novo processo licitatório terá que ser convocado. Vale lembrar que o recorrido é empresa de notória capacidade, sendo agraciado com o selo de **ACREDITAÇÃO**, válido como controle de qualidade internacionalmente, ou seja, uma empresa com tamanha capacidade técnica, atestada por órgão ligado às autoridades sanitárias e de saúde, não só possui capacidade técnica para a realização do serviço, como também comprovadamente está com a saúde financeira em dia, pois se ao contrário fosse, não atingiria o maior grau de qualificação que uma empresa laboratorial pode receber, diferente do recorrente, que veio participar do certame de forma desorganizada e com documentações confusas o que levou sua inabilitação.

N. Termos.

P. Deferimento.

Além Paraíba, 06 de julho de 2022.



ARNALDO LUIZ DE SOUZA JÚNIOR

OAB/MG 99.325

LABORATÓRIO 18 DE JULHO DE PATOLOGIA CLÍNICA

LACYR MÁRCIO FERREIRA DE SOUZA

PAULO CELSO NOGUEIRA DE ABREU

RS

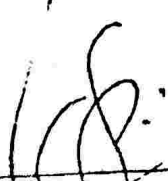
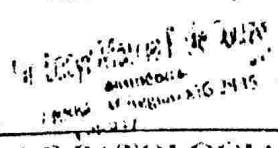
REGAZO E SOUZA

Arnaldo Luiz de Souza Junior

PROCURAÇÃO

LABORATÓRIO 18 DE JULHO DE PATOLOGIA CLÍNICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.257.605/0001-37, estabelecido na Rua Dr. Ricardo Grimaldo Estides, nº 305, Sala 10, Ilha do Lazareto, Além Paraíba/MG, Cep: 36.660-000, representado por Lacyr Marcio Ferreira de Souza, brasileiro, casado, portador do documento de identidade 099631178 IFP, inscrito no CPF sob o nº 937.893.436-68, constitui e nomeia seu bastante procurador **Dr. ARNALDO LUIZ DE SOUZA JÚNIOR**, brasileiro, divorciado, advogado, inscrito na OAB/MG sob o n.º 99.325, com escritório na Travessa Maria Rosa, 19, Praça da Bandeira, Além Paraíba, MG, e-mail arnaldoadv@bol.com.br, com poderes da cláusula *ad judicium et extra* e especialmente efetivar todos os atos necessários para ajuizar e atuar em ação ordinária, sumaria, procedimentos administrativos, podendo dito procurador, em conjunto ou isoladamente, recorrer, receber e dar quitação, acordar, discordar, transigir, desistir e praticar todos os demais atos necessários ao fiel desempenho deste mandato, inclusive substabelecer.

Além Paraíba, 23 de agosto de 2021.

LABORATÓRIO 18 DE JULHO DE PATOLOGIA CLÍNICA LTDA

Travessa Maria Rosa, 19 - Praça da Bandeira - Além Paraíba/MG - CEP 36.660-000 - Tel (32) 9 8875-0853 - (32) 2010 - 5533 OAB/MG 99.325 www.regazoesouza.com regazoesouza@bol.com.br